

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO do MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024

IMPUGNANTE: CETRILIFE - Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda

CETRILIFE - TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., pessoa jurídica com sede na Rod. EMC 365, Linha Água Amarela, em Chapecó, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.522.047/0001-09, neste ato representada pelo seu representante legal, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, tempestivamente apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** veiculado de n. 36/2024, o que faz segundo os termos e fundamentos a seguir expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Compulsando o edital verifica-se que é determinado que a qualquer parte pode impugnar o edital, devendo protocolar o pedido em até 03 dias úteis antes da data da abertura do certame.

28.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeiro_bss@hotmail.com.

Assim, em virtude da abertura do pregão ter sido aprazada para o dia 08/08 percebe-se que o prazo final para apresentação da presente impugnação não findou.

Logo é imprescindível o conhecimento do presente recurso para o fim de acolher o pedido nele contido, conforme será demonstrado.

2. DOS FATOS

A impugnante possui interesse em participar do EDITAL licitatório nº 36/2024 que possui como objeto o seguinte:

OBJETO: Constitui objeto deste Pregão **MENOR PREÇO POR ITEM**, para empresa especializada para prestação de serviços especializados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos dos serviços de saúde (RSS) dos Grupos A (Infectante), B (Químicos) e E (perfuro cortantes), para atendimento das necessidades das Unidades Municipais da Saúde (Pronto Atendimento Municipal, Unidade Básica de Saúde e Clínica da Mulher e da Criança), conforme necessidade do município, e termo de referência anexo I do edital.

No caso em tela a impugnante possui todas as ferramentas capazes para participar do certame e desenvolver os trabalhos perseguidos pelo ente municipal.

Ocorre que ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou que o edital prevê a restrição para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

O referido requisito contraria a legislação vigente e aos trabalhos a serem desenvolvidos e por esse motivo merece reforma o referido edital.

3. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

3.1 Da restrição de competitividade

A presente impugnação dirige-se contra a previsão no edital de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), vejamos:

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024
Processo nº 79/2024
UASG nº 989979

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Todavia não há justificativa em todo o edital e anexos, o motivo e razões técnicas para a restritiva escolha de ME's e EPP's.

O mercado brasileiro possui diversas empresas que se enquadram como grande, médio e baixo porte. Está demasiadamente comprovado que as melhores empresas, avaliadas pelo órgão regulador com os melhores índices de satisfação, eficiência, cumprimento das normas, são empresas de Grande Porte.

Portanto, não pode o Órgão se desincumbir do ônus de justificar **TECNICAMENTE** as razões pela escolha de empresas de pequeno porte e Micro Empresas sob pena de violar a isonomia, imparcialidade, impessoalidade, igualdade e demais normas do direito administrativo.

Diante desses fatos, não resta alternativa senão impugnar o Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2024, ora em discussão, para que a participação de empresas enquadradas como Grande e Médio Porte, seja ampliado no instrumento convocatório permitindo ampla participação, em respeito às garantias fundamentais e aos princípios basilares da Lei 14.133/2021 sob pena de serem anulados por Instância ou Tribunal Superior.

Consoante demonstrado acima, a falta de justificativa técnica/legal macula todo o processo licitatório. Além disso, a Lei 14.133/2021, define os princípios básicos de todo processo licitatório e impede a prática de restrição competitiva como a que se vê nos autos desse procedimento administrativo

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é taxativa a respeito da violação aos princípios da isonomia, da moralidade, da probidade administrativa, e da restrição à ampla competitividade, determinando a suspensão de contratos e licitações que violem esses princípios basilares. É conferir:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU - RP: 00349220192, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 27/02/2019, Plenário)

As exigências do Edital ora impugnado são contra a legislação em vigor, e violam os princípios constitucionais da isonomia, igualdade e impessoalidade.

Não é possível admitir que o ora impugnado restrinja a participação de empresas com exigências proibidas por lei e contra a orientação jurisprudencial mais especializada sobre o tema.

O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento igualitário.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a

seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Cabe salientar que apesar da característica de essencialidade da isonomia, ela não pode ser exacerbada, mitigando busca da proposta mais vantajosa, assim não é cabível que um defeito irrelevante ou perfeitamente sanável exclua uma possível melhor proposta, mesmo por que essa exclusão gera além da ofensa ao princípio da "vantajosidade", uma ofensa ao próprio princípio da isonomia quando se retira da concorrência um candidato perfeitamente apto.

Portanto deve ser alterada no edital as condições de participação, suprimindo a participação EXCLUSIVA DE ME e EPP, passando a constar a AMPLA PARTICIPAÇÃO de empresa de todos os portes, garantindo assim a ampla competitividade.

3.2 Da não observância ao requisito da Lei Complementar 123/06

Além do exposto no item anterior, outra situação que merece destaque, é falta da observância aos requisitos da Lei Complementar 123/06.

Explica-se.

Com vistas a regulamentar o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte em matéria de licitação (dentre outras) foi aprovada a Lei Complementar nº 123/2006. Em seus artigos 47 e 48 há previsão da possibilidade de a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal editarem regulamentos que poderão compreender, dentre outras coisas, a realização de licitação destinada exclusivamente à participação de ME's e EPP's, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

É sabido, no que tange licitação pública, que nos termos do inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, serão realizadas licitações com essa destinação exclusiva quando o valor da contratação seja de até R\$ 80.000,00.

Porém, para aplicação da lei devem ser observadas outras peculiaridades, ou seja, não basta o valor ser inferior ao limite previsto na Lei Complementar. É também necessário que o órgão licitante constate a existência de um número determinado de empresas sediadas LOCAL ou

REGIONALMENTE e que preencham as características necessárias para que haja uma justa competição com exclusividade de ME's e EPP's.

A exclusividade sustentada pelo art. 48, inciso I, da LC nº 123/06, poderá não ser aplicada quando esta não se revelar vantajosa para a Administração Pública, nos moldes do artigo 49, incisos II e III, in verbis:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: [...] II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Por isso, dadas as peculiaridades e complexidades do objeto licitado, resta claro que são pouquíssimas as empresas que atuam nesse ramo, e menor ainda é a quantidade de empresas que se encaixam nas condições de ME e EPP. Sendo assim e, diante do irrisório número de empresas que se adequam às características requeridas, limitar o certame a essa condição específica é o mesmo que restringir a competição, ocasionando prejuízos ao órgão licitante, porque não será possível a obtenção da melhor proposta.

Para selecionar uma licitação como sendo EXCLUSIVA para empresas ME/EPP, não basta o valor do objeto licitado estar na margem indicada pela lei, deve haver, pelo menos, 03 empresas do ramo sediadas no Estado do órgão licitante, devidamente comprovado nos autos, o que não ocorre no caso em tela.

Resumidamente e para finalizar, a Administração Pública deve destinar a licitação exclusiva para ME e EPP, somente quando preencher os seguintes requisitos de forma concomitante:

1. Valor abaixo de 80.000,00; e

2. Quando houver pelo menos 03 empresas desse porte LOCAL ou REGIONALMENTE.

Por todo o exposto, faz-se necessário que o item seja "aberto" para que todas as empresas que atendam ao objeto licitado e tenham o interesse em participar da disputa possam o fazer, de modo que a Administração Pública consiga obter a melhor proposta.

4. DOS REQUERIMENTOS

Diante todo o exposto, requer se digne Vossa Senhoria a acolher o presente pedido de IMPUGNAÇÃO para **JULGÁ-LO TOTALMENTE PROCEDENTE**, para o efeito de:

- 1) Suspender o Pregão Eletrônico Nº 36/2024 marcado para o dia 08/08/2024, como medida da mais lúdima justiça;
- 2) Ser alterada no edital as condições de participação, suprimindo a participação EXCLUSIVA DE ME e EPP, passando a constar a AMPLA PARTICIPAÇÃO de empresa de todos os portes.
- 3) Dar ciência aos demais licitantes do resultado da impugnação;
- 4) Promover a republicação do Edital, devolvendo e reabrindo todos os prazos mínimos previstos em Lei e conforme a modalidade da licitação.

Outrossim, caso esse ínclito Pregoeiro assim não entenda, requer, com fulcro no disposto no § 2º do artigo 165, da Lei 14.133/2021, encaminhe a presente Impugnação à autoridade administrativa hierarquicamente competente.

Nestes termos, pede deferimento.

Chapecó-SC, 02 de agosto de 2024.

CETRILIFE - TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ nº 26.522.047/0001-09

Evandro Roberto Rosset (Representante Legal)

CPF 023.351.989-04